

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
ICEG – Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Graduação em Ciências Contábeis

Giulia Gabriella Alves Bahia
Gustavo Ferreira de Camargos
Igor Henrique de Carvalho Silva
Johnata Italo Tomaz de Oliveira

**A GESTÃO PÚBLICA:
o papel do contador**

Belo Horizonte
2017

Giulia Gabriella Alves Bahia
Gustavo Ferreira de Camargos
Igor Henrique de Carvalho Silva
Johnata Italo Tomaz de Oliveira

**A GESTÃO PÚBLICA:
o papel do contador**

Trabalho interdisciplinar apresentado às disciplinas Direito Tributário, Contabilidade de Custos, Psicologia Aplicada às Organizações, Contabilidade Integrada, Planejamento e Orçamento Governamental e Introdução ao Estudo das Ciências Sociais, na Graduação em Ciências Contábeis como pré-requisito para obtenção de nota.

Professores: Sabino Joaquim de Freitas, Jose Ronaldo da Silva, Rafael Ornelas Machado, Yonne de Souza Grossi, Amaro da Silva Junior e Maria Alice Moreira Lima.

Coordenador: Amilson Carlos Zanetti

Belo Horizonte

2017

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 GESTÃO PÚBLICA	5
3 RELEVÂNCIA DE RELATÓRIOS BEM ESTRUTURADOS PARA TOMADAS DE DECISÕES.....	7
4 O PAPEL DO CONTADOR NA GESTÃO PÚBLICA	9
4.1 Limites e possibilidades do contador na gestão pública	10
5 TRANSPARÊNCIA FISCAL	12
5.1 Lei de Acesso à Informação	13
6 INTERDISCIPLINARIDADE.....	14
7 ESTUDO DE CASO	15
7.1 Amnésia Organizacional: um Estudo de Caso Sobre a Memória na Administração Pública Federal.....	15
7.2 Resultados.....	16
8 CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a gestão pública exerce papel de grande importância econômica e social, por ser uma fonte de informação e de confiança frente a população, bem como administrar questão de interesses coletivos a fim de proporcionar uma integração mais aproximada entre os cidadãos. A geração dessas informações que são base para apoio na tomada de decisões e analisar determinados setores são de responsabilidade de profissionais contábeis, que exigem bastante competência e seriedade em suas atividades.

A linha de pesquisa que foi abordada durante o artigo, busca explicar um pouco sobre o conceito de gestão pública e sua extrema relevância no momento de administração do ente, sua responsabilidade e transparência no ato da disponibilização dos resultados. Outro fator importante destacado e de bastante impacto é o papel do contador frente a essas informações que são geradas e consolidadas em relatórios para administradores em geral, o papel se torna mais importante, pois na geração de relatórios, os mesmos são usados para se embasar em decisões que podem afetar uma nação inteira. Com isso, devem ser completos, neutros e livre de erros, para que assim seja confiável.

Por fim, buscaremos identificar mecanismos que são usados para exercer o papel da transparência fiscal frente a sociedade, que por direito, devem estar ciente do que se passa frente a gestão pública, até porque quem financia atividades pública é a população, exigindo que essas informações sejam fidedignas e a consequência de criação de medidas jurídicas a partir de 2012, com a obrigatoriedade de disponibilização da prestação de contas junto aos interessados.

Foi analisado um estudo de caso, onde a temática abordada foi classificar a questão da administração pública em vários setores de determinados órgãos, buscando evidenciar o papel de controle e qualidade da informação em que são trabalhadas no cotidiano

2 GESTÃO PÚBLICA

A gestão da Administração Pública, por muitos anos, foi classificada como incompetente pela sociedade devido à ausência de eficiência e controle. Entretanto, com a globalização, esse controle se tornou algo indispensável, pois com os atuais meios de equipamentos e recursos de alta tecnologia, houve uma maior instrução de conscientização da sociedade no geral, de cobrar mais responsabilidade, eficiência e seriedade no controle de resultados que interferem na vida do cidadão. A Gestão Pública leva em suas funcionalidades, o desenvolvimento urbano e econômico no lugar que se administra e seu ponto principal visa a “excelência” de resultados, de forma a buscar os objetivos que se planeja num período.

Para Ferreira (1999), gestão é a finalidade de gerir, administrar. Administrar é reger, organizar e governar de modo a organizar os fatores de produção e com isso ter controle de sua eficiência e produtividade para conseguirem determinados resultados. Com base no que foi dito, pode-se concluir que modelo de gestão é a maneira pela qual os Estados organizam suas tarefas, com o auxílio de normas, diretrizes, regras e ferramentas, levando em consideração à missão, visão, crenças e valores institucionais.

A Administração Pública foi afetada por uma evolução histórica, que se percebe na alteração nos modelos de gerir a informação por três modelos básicos: a gestão pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Por isso, o modelo gerencial que atualmente ocorre no Poder Público, prioriza o desempenho da organização, os resultados e a administração dos recursos, de todas naturezas e se trata de um modelo mais dinâmico, ou seja, que se ajusta às mudanças que ocorrem na sociedade, economia, política, etc. Sua característica principal em comparação com o modelo anterior, é que o gerencial desloca o foco dos procedimentos para os resultados, visando satisfazer as necessidades do cidadão.

Em decorrência das últimas décadas, a expressão que se refere à Gestão Pública, que está em alteração do termo “administração pública”, vem sendo bastante utilizado. De forma abrangente, a situação se define como o rompimento com a administração pública antes praticada e a adoção de mecanismos de gestão, controle nos negócios, etc. Com isso, Druker (1993),

que identificou uma “revolução” da gestão a partir da década de 50, leva em consideração que a gestão não explica a hierarquia organizativa de uma administração em geral, mas a oportunidade de otimizar a inovação sistêmica do conhecimento e tirar disso o maior benefício possível para sua aplicação no exercício. Essa reforma foi movida por influências europeias e norte-americanas, visando uma melhor gestão e também de causas econômicas caracterizadas por crises ocorridas na década de 90 (ABRUCIO, 1997; MARINI, 2005; FADUL, SOUZA, 2006; FADUL, SILVA, 2008).

Com isso, o Estado viu-se necessário criar medidas para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentável da economia. Para isso foi criado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e teve como prioridades uma maior capacidade administrativa de governar com eficiência e efetividade, inserir um modelo gerencial focado na avaliação de desempenho, conduzir uma administração pública gerencial em consideração do controle a posteriori dos resultados e o desafio administrativo, dentre outros. Porém mesmo ocorrendo tais medidas, o Estado não foi efetivo o suficiente e não conseguiu alcançar os resultados almejados, pois o foco estava sendo apenas na visão orçamentária, sem a preocupação com o enfoque efetivamente gerencial.

Em consequência da situação, surgiu-se a necessidade de o governo ter meios de gestão que fornecessem informações gerenciais para que o administrador conseguisse tomar suas decisões de modo que fosse capaz de gerir seus recursos públicos da melhor forma possível. Para tanto, o governo passou a cobrar o uso de medidas de eficiência, eficácia e efetividade para processar os resultados de suas medidas com a adoção do PPA a partir de 2004. O PPA é a definição de diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e para despesas em decorrência aos programas continuados, é um plano plurianual que visa buscar, na demanda do governo, uma perspectiva de planejamento governamental integrado, de forma a ser dividido por regiões (BRASIL, 2006c).

3 RELEVÂNCIA DE RELATÓRIOS BEM ESTRUTURADOS PARA TOMADAS DE DECISÕES

A relevância de relatórios bem estruturados foi necessária com o passar do tempo pelo devido fato destes relatórios sem compostos de informações e/ou esclarecimentos úteis para seus usuários, como administradores e gestores públicos, auxiliando na tomada de decisão. Os relatórios gerenciais informam um agregado de informações que são utilizadas para gerar estratégias e planos futuros para a organização ou ente público.

De acordo com Beuren, relatórios gerenciais são aqueles utilizados no ambiente interno da empresa, nos quais são criados e utilizados exclusivamente para auxiliar a tomada de decisão, não obedecendo a um modelo padrão (VIEIRA; RAUPP; BEUREN, 2014).

Nesse sentido, se torna de suma importância a transparência e fidedignidade destes relatórios, visto que a informação correta e oportuna minimiza os riscos na tomada de decisões e maximiza a efetividade. O aproveitamento dos relatórios gerenciais aparece com o crescimento contínuo da Contabilidade que deixa de ser apenas uma demonstração de números para uma ferramenta estratégica para diversas áreas de uma organização.

Para atender à obrigatoriedade legal e de prestação de informação aos seus usuários, alguns relatórios contábeis, também conhecidos como relatórios financeiros, são divulgados para fim de auditoria. E o governo, como um dos maiores usuários destas informações, disfruta das mesmas, como as declarações acessórias, que consiste em fazer o cruzamento de dados das organizações, tanto pública quanto privada, para uma melhor gestão pública.

Usar essas informações para tomar decisões passa de uma simples aprovação de resultado. Esse uso requer que o gestor possua conhecimentos necessários para que os resultados dos processos culminem no acontecimento em questão.

Segundo Almeida et al (2010 p. 7), “A arte de tomar decisões é fundamental na área da Administração das organizações. Segundo Chiavenato (2004, p. 254) tomar decisões é identificar e selecionar um curso de ação para lidar com um problema específico ou extrair vantagens em uma oportunidade”.

A geração de relatórios bem executados busca atender, com mais clareza e precisão, os usuários, visando suprir as necessidades dos gestores, como relata Padoveze (2012, p. 31), “o modelo de decisão deve ser significativo para o tomador de decisão a atender ao seu processo lógico e específico para cada natureza do evento ou problema a ser resolvido”. Todas as decisões realizadas em uma empresa por seus gestores refletem nos ambientes internos e externos ligados à organização, “o processo decisório não restringe apenas aos limites da empresa, pois também está ligado aos investidores, aos fornecedores de bens e serviços a crédito, aos bancos, ao governo etc. (MARION, 2011, p. 16)”.

4 O PAPEL DO CONTADOR NA GESTÃO PÚBLICA

O contador é o profissional responsável por coletar informações, organizá-las e registrá-las para que, assim, a administração da empresa ou entidade a quem está sendo feita esta contabilidade possa geri-la de forma eficaz, sem riscos e totalmente planejada. Seguindo este mesmo âmbito, a contabilidade não é apenas necessária no ramo privado, o ramo público também necessita dela para que o governo possa recolher e aplicar corretamente o dinheiro da população nas áreas necessitadas.

Para auxiliar o trabalho do contador, há a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oficialmente chamada de Lei Complementar nº 101, que impõe aos gestores dos entes federados detalhar, de forma precisa e livre de erros, quaisquer receitas ou gastos que incorreram ou irão incorrer no futuro para que não haja imprevistos, falta de orçamento ou falta de transparência para com a população. Nesta lei também é definido que o ente federado não deve gastar mais do que arrecada. Com a transparência sendo um aspecto necessário no contador público, é evidente o papel social tanto das Ciências Contábeis quanto do próprio contador, comumente visto apenas como um profissional de cálculo.

O papel do contador neste meio é aliar o seu conhecimento de organização de patrimônio, registro de operações como receitas, despesas, amortizações, depreciações, provisões para custo com pessoal, entre outros ao setor público. Para isso, a legislação exige que o profissional seja capaz de realizar todas estas tarefas. Ele estará encarregado de verificar se toda a parte do orçamento estabelecido na LRF está em conformidade com o que está acontecendo, irá fazer a prestação de contas no Tribunal de Contas do respectivo ente federado e assegurará ao administrador com Poder Executivo um mandato bem controlado.

A administração pública, deste modo, depende muito da contabilidade, pois é a mesma que dá o norteamento para tomadas de decisão e isso só acontece quando há a divulgação dos relatórios e balanços. Não há muito tempo atrás, o envio do balanço ocorria apenas de forma anual ao Tribunal de Contas. Segundo Brandalise, Fella e Zamin (2009), nos dias de hoje, os relatórios e balanços são enviados bimestralmente, quadrimestralmente,

semestralmente, anualmente e geram multas aos responsáveis em caso de atraso ou pelo fornecimento de dados errôneos ou imprecisos.

De acordo com Cunha (2015) os contadores públicos atualmente estão localizados nas áreas finalísticas, ou seja, áreas envolvidas no atendimento às necessidades dos cidadãos como a área da Saúde e órgãos como o SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente) e o DETRAN (Departamento de Trânsito) e são indispensáveis para um governo com um orçamento transparente e uma boa gestão fiscal, pois sem as devidas informações contábeis, não há controle financeiro, orçamentário e patrimonial.

Há ainda a visão que os administradores públicos têm dos contadores e das informações que eles fornecem. Uma pesquisa realizada por Brandalise, Fella e Zamin revelou a opinião e as formas com as quais os administradores mais se utilizam para fins de tomada de decisão: conversas informais com o setor contábil (21 votos), relatório de contas a receber e a pagar (20 votos) e fluxo de caixa (16 votos), deixando de lado relatórios como balanço patrimonial (5 votos) e demonstração de resultado (3 votos) (BRANDALISE; FELLA; ZAMIN, 2009). Isso nos mostra que os administradores se atentam mais para o que os contadores dizem para eles e as informações mais simples do que os grandes relatórios.

Já para os contadores, as maiores dificuldades de sua profissão no setor público são: atender às constantes mudanças na legislação e contingenciar aos administradores públicos para que eles estejam dentro dos preceitos legais e contábeis.

4.1. Limites e possibilidades do contador na Gestão Pública

Com o advento da tecnologia e da informática, o serviço público melhorou bastante em áreas como a da saúde, na prefeitura, e isso afetou o contador diretamente, claro, de forma positiva. Ele agora tinha mais um meio para preparar e ceder suas informações contábeis de forma rápida, eficaz e com menos chance de erro. Como diz Dalfovo e Maçaneiro (2008), “com o auxílio do computador, é possível emitir qualquer tipo de relatório, do mais simples ao mais complexo”.

Referente ao que foi dito anteriormente, a informática está estritamente ligada à LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à dificuldade principal dos contadores, que é a adaptação às mudanças na lei. Quando ocorre essa mudança, as empresas de software e a prefeitura tem de serem ligeiros quanto à atualização desses softwares, pois quanto mais rápido for essa atualização, mais tempo os contadores terão para se atualizarem e prepararem seus relatórios.

Outros desafios que os profissionais da contabilidade enfrentam no dia a dia do ramo do setor público incluem:

- Os governantes não utilizam as informações prestadas para tomadas de decisões gerenciais;
- O pessoal da gerência do governo está pouco capacitado;
- Os dirigentes não aceitam as normas e princípios contábeis;
- Os contadores não são aceitos como autoridades técnicas pelos governantes, entre outros.

Conclui-se que, desta forma, o contador atua a todo momento e a todo vapor no setor público e na prestação de contas, porém, ainda não é reconhecido suficientemente como outros profissionais e enfrenta grandes limitações e desafios (vide as mudanças constantes na LRF). De qualquer modo, o seu trabalho é imprescindível para o funcionamento do sistema público de orçamento e planejamento, mas a demanda pede maior capacitação e mais servidores para um trabalho bem executado, transparente e de forma ágil.

5 TRANSPARÊNCIA FISCAL

Além dos relatórios que são fornecidos pelos contadores aos administradores da gestão pública sobre a situação atual do Ente específico, outra função fundamental e de extrema importância é a prestação de contas, junto a sociedade. Nela, as pessoas conseguem ver e identificar o que se passa no setor público, o que ingressa de valores e para onde os recursos de tributos que são pagos diariamente estão sendo destinados para financiar atividades sociais.

Referente a Vicente et al. (2012), os estudos fundamentados em contabilidade na área pública, presentes no Brasil, se tornam essenciais pela sistemática de que o tema da geração das informações, onde a ideia central é de orientar e salientar os cidadãos sobre as decisões e recursos consumidos pelos governantes que a população elege. No tocante, toda instituição pública se vê no comprometimento de criar e operar mecanismos de transparência em sua prestação de contas, sendo assim públicas as informações para serem consultadas.

No cenário que encontramos, por direito que a sociedade possui, na busca por transparência nos governos, a contabilidade pública e o papel do profissional contábil, é um pilar para promover e repassar essas informações através de demonstrações contábeis que dão suporte no momento de divulgação e gestão dos recursos financeiros e também da gestão patrimonial das contas públicas. Com isso, Pieranti, Rodrigues e Peci (2007), salientam a extrema importância de o governo adotar os meios digitais para estabelecer uma comunicação entre a pessoa e o governo, fazendo com que assim, a gestão pública desenvolva suas atividades de forma integrada, transparente frente a população e eficiente, estabelecendo uma relação democrática.

O Controle social a cada ano que passa, após a criação da Lei de Acesso a Informação, de nº 12.527/2011, tem aumentado gradativamente sobre as contas de responsabilidade do setor público, e junto com essa iniciativa por parte da sociedade, os gestores públicos também viram a real necessidade em aprimorar a otimização e qualidades dessas informações que

chegam até as pessoas, a fim de promover uma transparência fiscal mais eficiente, que possa gerar mais confiança e segurança para quem está recebendo a informação. Para o momento que a gestão pública se encontra, passar uma real situação do Ente é de extrema importância e não maquiar uma posição que não existe, a fim de se reconquistar a credibilidade da população, para que a relação entre sociedade x governo se mantenha estável, fazendo com que a esfera pública continue a buscar os direitos de todos.

5.1. Lei de Acesso a Informação

A Lei 12.527/11, nomeada como Lei de Acesso a Informação, se baseando no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. A iniciativa, que foi promulgada na data de 18 de novembro de 2011, marca um momento histórico de conquista por parte do cidadão em meio a gestão pública, fazendo com que fosse possível através de uma ferramenta, modificar a maneira de fazer e pensar a Administração Pública no País. Com isso, qualquer interessado, seja ele pessoa física quanto jurídica, tenha o acesso de informações públicas através dos demonstrativos contábeis que são gerados, periodicamente, sem necessidade de explicação.

Para Bairral, Silva e Alves (2015), a LAI, cuja as diretrizes e regulamentações se manifesta de que o cidadão possua liberdade de acesso aos resultados gerados pelo Ente Público, inicia um novo conceito de transparência, trazendo significativas mudanças ou pelo menos conscientizando a população frente a destinação de recursos, que esperam uma postura ética por parte dos gestores.

Um dos objetivos da LAI é fazer com que o cidadão se sinta interessado em buscar informações e fazer o uso dela de modo produtivo. A lei vale para todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

6 INTERDISCIPLINARIDADE

O tema da gestão pública e o papel do contador está estritamente ligado ao planejamento e orçamento governamental já que este profissional é o sujeito que garante que todo esse processo ocorra da melhor possível aliando seus conhecimentos de contabilidade própria. Para isso, é claro, tem de haver uma transparência nesse trabalho que alia a sociologia e a psicologia dentro das organizações garantindo uma boa conduta e ética pelos contadores. Além disso, os contadores devem seguir as leis da forma mais fiel possível, pois são elas que regem o seu trabalho e seu papel para com a sociedade quanto ao assunto da gestão pública.

7 ESTUDO DE CASO

7.1. Amnésia Organizacional: um Estudo de Caso Sobre a Memória na Administração Pública Federal

O estudo de caso, realizado por Aleksandra Pereira Santos (2012), tomou como unidade de análise o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) cuja missão é promover o planejamento participativo e a melhoria da gestão pública para o desenvolvimento sustentável e socialmente incluyente do país.

Diante da amplitude de atuação do MP, o estudo teve como foco as competências relativas à gestão, por meio das quais o Ministério executa a função de formulador de políticas nos demais órgãos da administração pública federal. Considerou-se, portanto, as atribuições de: a) coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, pessoal civil, administração de recursos da informação e informática e serviços gerais; b) ações de organização e modernização administrativa do Governo Federal; e c) formulação de diretrizes para modernização do Estado. Tais competências são exercidas por cinco unidades específicas que compõem a estrutura do Ministério e se constituíram amostra da presente pesquisa: Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria de Gestão (Seges), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e Secretaria de Recursos Humanos (SRH).

Foram utilizadas a análise de documentos e a entrevista. Uma vez que o termo memória organizacional apresenta-se de forma complexa e pouco delimitada; e considerando os objetivos da pesquisa, foi analisado como os dirigentes máximos de cada unidade recuperavam e utilizavam informações e conhecimentos necessários às atuações de suas Secretarias, bem como qual o entendimento frente ao uso e sistematização da memória organizacional. As entrevistas estruturadas foram realizadas com o dirigente máximo de cada Secretaria cujas atribuições compreendem: planejamento, direção, coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação das atividades das unidades que integram suas respectivas áreas. Foi realizada, ainda, uma entrevista semiestruturada com a titular da Coordenação de Documentação e

Informação (Codin), unidade organizacional da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) que, por sua vez, está vinculada à Secretaria Executiva do Ministério) e tem como principal atribuição fornecer suporte documental e informacional às demais áreas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os dados coletados foram analisados a partir de duas perspectivas: a análise global de conteúdo e a análise qualitativa de conteúdo (FLICK, 2004). Assim, buscou-se inicialmente, a partir da abreviação da análise de conteúdo construir a interpretação dedutiva dos dados, considerando os pressupostos e variáveis apresentadas como categorias de conteúdo

Foram estabelecidas, como variáveis de pesquisa: a) práticas de retenção, recuperação e uso do conhecimento e/ou informações passados; b) qualidade da informação e/ou do conhecimento recuperado; c) utilização de ferramentas ou sistemas para recuperação e uso do conhecimento e/ou informações passados.

7.2. Resultados

No que se refere as práticas de retenção, recuperação e uso do conhecimento e/ou informações passados; experiência e conhecimentos próprios, assim como experiência e conhecimentos de grupos externos, foram as práticas mais apontadas. Ainda, a percepção do contexto e ambiente organizacional surgiu como fonte para recuperação de informação e conhecimento

E a referência à qualidade da informação e/ou do conhecimento recuperado, os entrevistados consideram as informações e os conhecimentos recuperados satisfatórios em termos de conteúdo, volume e credibilidade. Entretanto, enfatizam que nem sempre as informações e/ou conhecimentos passados são acessíveis ou facilmente recuperáveis, o que, algumas vezes, gera problemas no órgão. Percebe-se, assim, uma preocupação na sistematização e registro de informações e/ou conhecimentos para uso futuro, ainda que de uma forma incipiente, apontada por dois dos cinco entrevistados.

Para a variável utilização de ferramentas ou sistemas para a recuperação e uso do conhecimento e/u informações passadas, os dirigentes

foram unânimes em apontar o uso de repositórios individuais, de grupos ou de equipes como instrumentos de acesso às informações e/ou aos conhecimentos passados. Entretanto, tal instrumento é utilizado de forma menos intensa em duas das cinco secretarias analisadas. Tal intensidade ocorre em função da existência de outras ferramentas para acesso à informação e/ou conhecimento. Percebe-se, portanto, duas situações distintas: a) o uso de outros instrumentos de acesso à informação e/ou conhecimento passados e dos repositórios individuais, assim como de outros instrumentos. Nesse caso, também foram apontados: portais, comunidades de práticas, fóruns ou listas de discussão e sistemas específicos de cada órgão; b) o uso de repositórios individuais, de grupos ou equipes de forma intensa, quando não se utiliza outras ferramentas para acesso à informação ou ao conhecimento passados.

Pode-se concluir que os mecanismos de retenção, recuperação e uso de informações e/ou conhecimentos nas unidades do MP são múltiplos e não integrados. Ainda que a tecnologia não seja percebida como barreira à memória organizacional, não se encontra compartilhada ou difundida em todas as unidades da organização. Boa parte de informações e conhecimentos recuperados pelos dirigentes provêm dos membros da organização ou de indivíduos a ela relacionados. Desta forma, a memória individual torna-se intrínseca aos processos de gestão organizacionais. A implantação de práticas setoriais, como o desenvolvimento de manuais; ou ainda, o estímulo ao uso de ferramentas tecnológicas, como portais e redes internas, indica a redução do fator individual nos processos de memória, porém tais práticas ainda estão setorializadas.

8 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou evidenciar os benefícios e suporte que a contabilidade pública tem a oferecer a gestão pública e o profissional contábil com o vasto conhecimento que se agrega durante sua formação e sua carreira profissional, e o que ele pode oferecer e sua contribuição para o setor público. Como foi visto durante o trabalho, as demonstrações contábeis e a contabilidade em si, deixam de ser apenas números e passar a ser suporte para qualquer tipo de ação que o governo for vir a fazer, pois com um planejamento eficaz e relatórios que condizem com a verdade, junto com uma administração séria, qualquer ente em que se tratar, pode-se obter ao êxito.

O estudo em análise não buscou esgotar o tema específico, mas tão somente apontar os benefícios de métodos contábeis na aplicação da contabilidade pública em prática, objetivando e qualificando a geração das informações, para que a prosperidade e desenvolvimento do País continue sendo positivo.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, n. 10. Brasília: ENAP, 1997.

ALMEIDA, Ana Paula Muniz de [et al.]. O Processo de tomada de decisão: adoção de sistemas de apoio à decisão no jogo de empresas. Artigo do VI.

ANTUNES, João. Transparência fiscal: perguntas e respostas. Jornal de Negócios, Porto, 23 dez. 2014. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/detalhe/transparencia_fiscal_perguntas_e_respostas>. Acesso em: 10 out. 2017.

ATKINSON, Anthony A. [et al.]. Contabilidade Gerencial. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

BAIRRAL, M. A. C.; SILVA, A. H. C. e ALVES, F. J. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas 2010. Revista de Administração Pública - RAP: Rio de Janeiro 49(3):643-675, maio/jun.

BRANDALISE, Fábio; FELLA, Leonir José; ZAMIN, Leoni Menta. O Contador Público no contexto da Gestão Pública. Raci: Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEAU, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p.1-17, 2009. Semestral.

BRASIL, Plano diretor de reforma do aparelho do estado. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>.

CUNHA, Isaiás Lopes da. O papel do contador na gestão pública. 2015. Disponível em: <<http://www.tce.mt.gov.br/artigo/show/id/172/autor/4>>. Acesso em: 13 out. 2017.

DALFOVO, Oscar; MAÇANEIRO, Wanderley. Contabilidade pública: limites e possibilidades do contador. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.1, p.01-14, Sem I. 2008.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial. 6ª ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

KOPITS, G.; CRAIG, J. (1998). Transparency in government operations (n. 158). Washington, D.C.: International Monetary Fund. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/op/158/op158.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria Estratégica e Operacional. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PIERANTI, O.P.; RODRIGUES, S.; PECCI, A. Governança e new public management: convergências e contradições no contexto brasileiro. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXI, Rio de Janeiro, 2007. *Anais...* Anpad, 2007.

SANTOS, Aleksandra Pereira. Amnésia Organizacional: um Estudo de Caso Sobre a Memória na Administração Pública Federal, Ribeirão preto, 2012.

SILVA, Ana Isabel. O regime da transparência fiscal. Porto. Revisores e Auditores. Porto, n. 75, out./dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/75/Fiscalidade.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SILVA, Denilson Nogueira da; MACHADO, Gilcina Guimarães. A matemática e a graduação em ciências contábeis. Revista de Contabilidade do Mestrado em 2017.

VICENTE, E.F.R.; Moraes, L.M.; Platt Neto, O.A. (2012). A reforma na contabilidade pública brasileira e o processo de convergência: implicações e perspectivas. Revista de Informação Contábil, v.6, n.2, p.1-20.